CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 28/2024

REUNIÃO EXTRADINÁRIA DE CÂMARA DE 29/11/2024

PRESENÇAS
PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA
RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, em substituição do Senhor Vereador Miguel José Fonseca Bentinho
ANTÓNIO FRANCISCO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 9:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 12.40h HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:	**FALTAS INJUSTIFICADAS**

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

CAIXA ..... €
FUNDOS DE MANEIO ..... €
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO ..... €
FUNDO DE MANEIO 5 - JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS ..... €
FUNDO DE MANEIO 6 - TERESA MARIA PIRES PENETRA ..... €
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO ..... €
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS ..... €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS ..... €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA ..... €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430 ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431 ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330 ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530-FEDER ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650 ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950 ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050 ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 ..... €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 ..... €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007030250 ..... €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007105850 ..... €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007121950 ..... €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007163830-CAUÇÕES ..... €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00011923950 ..... €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00207142150 ..... €
C. C. A. – CONTA N.º 0045/40122579668 ..... €
B.T.A. – CONTA Nº 0018/10814784001 ..... €
C. C. A.– CONTA N.º 0045/40122579743 ..... €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 ..... €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 ..... €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 ..... €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES ..... €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS ..... €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS ..... €

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS ..... €

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às 9.30 horas.

A ordem de trabalhos desta reunião é a seguinte: ----------

1. Proposta de aprovação da ata em minuta, no final da reunião----------

2. Proposta de aprovação da 6ª Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024; ----------

3. Proposta de aprovação da 38ª alteração orçamental, que integra a 4ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 4ª alteração modificativa ao PPI; ----------

4. Proposta de submissão à Assembleia Municipal relativa ao Processo nº 3988/2024 - Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Viana do Alentejo (ZIVA); ----------

5. Proposta de submissão à Assembleia Municipal da concessão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; ----------

6.Proposta de submissão à Assembleia Municipal da proposta de delegação, no Senhor Presidente da Câmara, da competência para a assunção de Compromissos Plurianuais nas situações previstas no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso), na atual redação; ----------

7.Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções do Plano 2025-2029, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2025-2029, incluindo o Mapa de Pessoal para 2025. ---

Tratando-se de uma reunião extraordinária, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos: ---------

O Senhor Presidente começou por cumprimentar todos os presentes e aqueles que assistiam à distância. ----------

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.----------

Ponto dois) Proposta de aprovação da 6ª Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024 – O Senhor Presidente referiu que este assunto já tinha sido submetido a deliberação da Câmara, mas ficou acordado que seria retirada uma parte do documento, com vista a uma "melhor reflexão". Hoje, o mesmo documento estava proposto para deliberação e o Senhor Presidente questionou se tinha havido alguma alteração na opinião do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras e se queriam trocar algumas impressões sobre aquela matéria. ----------

Interveio, em seguida, o Senhor Vereador António Costa da Silva que saudou o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras, Técnicos da Câmara e todos aqueles que assistiam à distância. ----------

O Senhor Vereador afirmou que, em relação àquele ponto, na sua perspetiva, "não havia diferença e que já se tinha discutido o assunto na última reunião". ----------

Da parte da força política VIVA, havia uma proposta que tinha sido acordada com a Câmara havia cerca de um ano e era essa proposta que tinha os tinha conduzido nas decisões permanentes que tomaram. ----------

O Senhor Vereador António Costa da Silva acrescentou que "não tinha percebido que o ponto voltaria a reunião de Câmara, pois já tinha havido discussão sobre ele, com outro elemento adicional, que estava relacionado com alterações internas muito específicas". Nesse caso, era uma repetição da discussão do ponto, pelo que o seu voto seria contra - disse. ----------

O Senhor Presidente disse que tinha sido combinado que o assunto voltaria a ser discutido, após o período de reflexão, por isso, independentemente da opinião que cada um pudesse apresentar, o ponto voltou a reunião de Câmara, já que se tinha comprometido que o faria. ----------

A Senhora Vereadora Rita Rafael, no uso da palavra, disse que as Vereadoras do PS concordavam com a opinião do Senhor Vereador António Costa da Silva. ----------

Verificou-se, de seguida, a intervenção da Senhora Vice-Presidente, que reforçou o facto de ter sido falado, várias vezes em reunião de Câmara que o Pessoal Auxiliar da escola eram trabalhadores que estavam em regime de Contrato Emprego Inserção (CEI+), situação que não permitia criar estabilidade para as crianças e a Senhora Vereadora Rita Rafael tinha sido uma das pessoas que apontou esse assunto – disse. ----------

A Senhora Vice-Presidente sublinhou que no momento estavam a tentar resolver a questão, todos votavam contra. Eram "livres de o fazer, mas não estava a pensar nas crianças do nosso Concelho". ----------

Estas seis Assistentes Operacionais era seis e faziam parte do rácio da escola e a intenção do executivo era criar estabilidade àquelas crianças. O voto contra do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras ia contra a ideia do bem-estar que se pretendia, pelo que, considerava que esta era uma decisão errada –disse. ----------

A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu que em 2021 tinham entrado 10 trabalhadores para a escola, contudo, metade tinha "vindo para a Câmara" e que, neste momento, pediam seis pessoas. ----------

Disse a Senhora Vereadora que "se tinha havido abertura com a escola para a possibilidade de integrar mais seis pessoas, também haveria abertura para propor que, aos funcionários subsidiados (CEI+), fossem atribuídas outras funções ou ficarem afetos aos alunos mais velhos, em vez de se ocuparem dos alunos do Ensino Pré-Escolar e dos alunos do 1º Ciclo. ----------

Interveio o Senhor Presidente que a este propósito respondeu que “a gestão era da escola, tal como já tinha sido referido várias vezes”. A Câmara não tinha autoridade para gerir os lugares que as pessoas iriam ocupar. Essa responsabilidade era do Diretor da Escola, que bem ou mal, ele é que decidia-afirmou. ----------

Acrescentou que não concordava com a opinião da Senhora Vereadora Rita Rafael, relativamente ao facto de terem entrado dez pessoas, as quais tinham vindo para a Câmara. ----------

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e corrigiu o comentário do Senhor Presidente, referindo que tinha dito que “tinham entrado dez pessoas, cinco das quais tinham vindo para a Câmara. ----------

O Senhor Presidente retomou a sua intervenção e disse que “todas as pessoas que entravam para a Câmara, havia sempre uma que ia para a escola”. Neste caso, poderia ter havido alguma destas cinco que não tenha sido substituída e as pessoas que tinham entrado para a Câmara,” vieram para corrigir faltas que ali havia, sem nunca desamparar a questão da escola”. ----------

Disse, ainda, o Senhor Presidente que tinham sempre cumprido os rácios. ----------

A Senhora Vereadora Rita Rafael usou da palavra e salientou que era importante que lhe facultassem o documento, que tinha sido pedido em março e que nunca receberam, no qual deveria estar mencionada a função e categoria de cada trabalhador. ----------

O Senhor Presidente respondeu que “compreendia muito bem o pedido daquele documento e que não era má vontade do executivo”. Disse que era transmitido à técnica que registasse aqueles pedidos e que tinha sido comunicado ao Setor de Pessoal, porém as técnicas consideravam que era um “documento demorado e muito complicado” e havia muito trabalho, logo, não podia “obrigá-las a fazer”. Se fosse imprimir, apenas, o Mapa de Pessoa seria fácil e rápido, mas este trabalho era muito mais específico e sujeito a uma análise diferente por parte das Técnicas. ----------

O Senhor Presidente disse que havia indicação para que este trabalho fosse realizado e que “por ele, já estaria feito". ----------

Prosseguindo, referiu que sempre tinha havido, em algumas situações, a deslocação de trabalhadores com “determinadas habilitações e capacidades” para exerceram funções na Câmara, contudo, sempre houve a preocupação de as substituir na escola, o que permitiu que cumprissem o rácio, caso contrário estariam “em falta com aquele estabelecimento de ensino”. --

Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente contou que, em conversa com a Diretora Regional de Educação, tinha sabido que o Diretor do Agrupamento da Escola de Viana do Alentejo, lhe tinha solicitado Assistentes Operacionais porque “estava com muita dificuldade”, mas que ela já não podia solucionar este problema porque dependia da Câmara. ----------

Assim, disse que "se o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras entendiam que não se devia fazer, eles também não o poderiam fazer sozinhos". ----------

A Senhor Vice-Presidente usou, novamente, da palavra e disse que aquelas Assistentes Operacionais não "eram só para completar o rácio", mas também para acompanhar crianças com necessidades educativas especiais, que necessitam de um apoio diário individualizado. No seu ponto de vista, o facto de alguns destes Assistentes Operacionais serem subsidiados (CEI +) tanto poderiam estar no Jardim de Infância como poderiam estar com outras crianças. "Se forem Assistentes Operacionais que estejam com um lugar fixo na escola, haverá outra estabilidade, não só para os mais pequenos, como também para os restantes". ----------

Na sequência das palavras da Senhora Vice-Presidente, o Senhor Presidente voltou a referir-se à conversa com a Senhora Diretora Regional e salientou que um dos problemas que existia no momento era a falta de um Assistente Operacional que supervisionasse uma criança que sofria de" desorientação espacial ", orientando-a no percurso até aos transportes. ----------

O Senhor Presidente disse que percebia que, no caso de crianças com determinadas necessidades, não era qualquer Assistente Operacional que teria competência para exercer esta tarefa, mas o que estava em causa era a instabilidade, causada pela breve permanência destes Assistentes Operacionais que, sendo subsidiados não se mantinham muito tempo em funções e as crianças deixariam de ter este apoio. O Senhor Presidente referiu que a Senhora Vereadora Rita Rafael já tinha exposto, várias vezes, aquele assunto, apontando para a mudança de seis em seis meses dos Assistente Operacionais, o que não era benéfico para as crianças. Com esta proposta, "resolvia-se o problema de uma vez por todas" - disse. ----------

"Este era um problema que tocava todas as crianças, logo tocava-nos a todos nós", mas se os Senhores Vereadores queriam tomar adotar aquela postura "eram livres de o fazer". Até percebia a posição do Senhor Vereador e concordou que tinha sido um compromisso assumido," mas havia situações que, de vez em quando, mudavam. Não era estático-disse. Para além de haver mais crianças a precisarem de um acompanhamento especial, houve ou também situações que tinham alterado e era preciso ir ao encontro das soluções para esses problemas-afirmou. ----------

O Senhor Presidente referiu que, para o executivo, havia um aumento de despesas e que "deixariam de gastar dinheiro noutras situações para gastar com os Assistentes Operacionais", o que lhe iria custar mais caro. De qualquer forma, estavam disponíveis para "fazer essa troca", mas que compreendia a posição de cada um. ----------

A Senhora Vice-Presidente usou da palavra e argumentou que "estavam a pedir pessoas para estar com crianças e não para o serviço de secretaria, onde se lidam com papéis". Não menosprezando o trabalho de ninguém, mas o que precisavam era de pessoas que dessem apoio

a crianças e era preciso que se tomasse consciência disso-afirmou. ----------
Continuando a sua intervenção, a Senhora Vice-Presidente disse que compreendia aquilo que o Senhor Vereador António Costa da Silva tinha referido a propósito de se substituírem as pessoas à medida que fosse necessário, todavia, isto era uma situação especial porque se não houver estabilidade com aquelas crianças, iria ser difícil de lidar com a situação----------
A Senhora Vice-Presidente apelou à sensibilidade do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras para a situação apresentada. ----------
O Senhor Vereador António Costa da Silva usou da palavra e disse que percebia a "sensibilidade" do assunto e o sentimento individual, mas era preciso fazer opções. "Todos os setores são importantes na Câmara Municipal" – disse. ----------
Reconheceu a importância do setor da Educação, mas, em sua opinião, as opções internas tinham de ser realizadas internamente, dentro de um quadro equilibrado das contas do Município. --------
O Senhor Vereador disse que percebia que esta situação valorizasse a sensibilidade social, mas "quando olhava para as contas do Município, era na perspetiva do peso da conta pessoal para o futuro do Município e carregando demasiado aquela despesa, inibia o executivo de realizar outras iniciativas". ----------
Prosseguindo, disse que o Município de Viana do Alentejo já tinha muitas limitações, designadamente empréstimos e outros encargos que eram importantes. ----------
O Senhor Vereador insistiu que era preciso optar e tomar decisões dentro das regras que havia, ou seja, do acordo entre todos acerca do Mapa de Pessoal, que permitia essa gestão na sua atividade normal. ----------
O Senhor Presidente respondeu que o Município tinha as contas controladas, como era do conhecimento de todos e que quando esta proposta tinha sido feita, avaliaram a capacidade para a executar. Tal como tinha dito o Senhor Vereador António Costa da Silva, "era uma questão de opções", pois, se o dinheiro fosse gasto ali, não seria gasto noutra coisa-disse. Referiu, ainda, que não iriam "falhar com os seus compromissos com a escola", não poderiam era ser cumpridos da forma mais correta porque teriam de continuar com os programas do Centro de Emprego e com os subsidiados que "iam ajudando", mas o problema não ficava resolvido. ----------
A terminar, o Senhor Presidente disse que "estava clara a posição de cada um" e que "cada um era livre de dizer o que quisesse, dentro das normas". Aquilo que gostaria era que aquele assunto não voltasse à reunião de Câmara, pedindo que fosse resolvido o problema da escola. O Senhor Presidente afirmou, também, que a partir daquele dia, quando considerassem que qualquer coisa "não estivesse bem, teriam de debater este assunto com o Diretor da escola, que era a pessoa responsável". ----------

Salientou que tinha" a noção" de ter cumprido o rácio, embora sem as pessoas certas e que aquela proposta já tinha sido submetida a aprovação algumas vezes, pelo que agradecia que doravante, "não fossem depois acusados daquela situação". ----------

Submetido a votação, a Câmara reprovou, por maioria, com dois votos favoráveis e três votos contra, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 6ª Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024; ----------

Ponto três) Proposta de aprovação da 38ª alteração orçamental, que integra a 4ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 4ª alteração modificativa ao PPI – A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 38ª alteração orçamental, que integra a 4ª alteração modificativa ao Orçamento da despesa.

Ponto quatro) Proposta de submissão à Assembleia Municipal relativa ao Processo nº 3988/2024 - Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Viana do Alentejo (ZIVA) – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia que reforçou a ideia de que aquele "espaço trazia mais custos" porque se iria gastar mais dinheiro naquele alargamento do espaço. ----------

O Senhor Presidente respondeu que não podia concordar com a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia porque o parque das autocaravanas tinha uma entrada direta do lado oposto e "aquele lado era pedido há muito tempo pelos moradores que têm portões daquele naquela área. Para além disso, havia casas que tinha uma rua larga e outras que tinham uma rua que não era rua" -disse. ----------

Interveio a Senhora vereadora Rita Rafael e perguntou se esta situação acarretava mais custos. ---

O Senhor Presidente respondeu que tinha custos, contudo, independentemente da ASA – Área de Serviço de Autocaravanas, seria sempre uma obra que iriam propor. ----------

Relativamente aos custos, disse que não tinha a certeza se a proposta quando foi aprovada tinha já essa informação. De qualquer forma, "a obra não era nenhum exagero", e consistia em recuar uma vedação", dotando de melhores acessibilidades aquele espaço. ----------

Aquele assunto tinha de ser submetido a aprovação da Câmara porque se tratava da necessidade de regularização do espaço do domínio privado municipal que se encontrava afeto ao uso publico. ----------

Disse o Senhor Presidente que esta alteração favorecia os moradores, na medida em que facilitava o acesso ao trânsito ou abertura de um portão, por exemplo. ----------

A Senhora Vereadora Rita Rafael solicitou ao Técnico de Informática a projeção do ponto, tendo em conta que havia um erro página cinco do documento. Onde se lia "ZIA", deveria ler-se "ZIVA" – disse. ----------

O Senhor Presidente interveio e disse que isto "era um bom sinal", pois, significava que se estava a mexer nas três Zonas Industriais ao mesmo tempo". Devido à semelhança dos acrónimos (ZIA, ZIVA), aumentava a possibilidade de enganos e, por este motivo, a Zona Industrial de Aguiar teria de ser designada como ZIAG. ----------

Realizadas as devidas alterações, a Câmara deliberou aprovar, com três votos favoráveis e duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael, a Proposta de submissão à Assembleia Municipal relativa ao Processo nº 3988/2024 - Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Viana do Alentejo (ZIVA). ----------

Ponto cinco) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da concessão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais – Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a Proposta de submissão à Assembleia Municipal da concessão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais. ----------

-**Ponto seis**)**Proposta de submissão à Assembleia Municipal da proposta de delegação, no Senhor Presidente da Câmara, da competência para a assunção de Compromissos Plurianuais nas situações previstas no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso), na atual redação –** A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta de submissão à Assembleia Municipal da proposta de delegação, no Senhor Presidente da Câmara, da competência para a assunção de Compromissos Plurianuais nas situações previstas no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso), na atual redação.----------

Ponto sete) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções do Plano 2025-2029, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2025-2029, incluindo o Mapa de Pessoal para 2025 – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente solicitou que se contactasse o Dr. Jorge Pinto, por videoconferência, com vista a uma explicação do assunto em questão. ----------

O Senhor Presidente disse que iria começar a discussão dos Documentos Previsionais, pelo que pedia ao Dr. Jorge Pinto que fizesse uma primeira abordagem do assunto em causa e, se houvesse dúvidas por parte do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras, que as mesmas fossem esclarecidas. ----------

O Dr. Jorge Pinto, na sua intervenção, começou por dizer que "aquele" documento era da inteira responsabilidade dos eleitos do Executivo Municipal, "na proposta do seu andamento, das suas prioridades, na sua dimensão". O Seu papel no apoio financeiro era saber até que ponto ele era sustentável. ----------

O Dr. Jorge Pinto disse que aquele Orçamento, não era aquele que o Senhor Presidente lhe tinha apresentado, pois este que era proposto tinha menos de dois milhões de euros relativamente "àquilo que gostariam de fazer". Referiu que um Orçamento, tanto quanto possível, devia ter nas suas previsões, a melhor informação de sustentabilidade que evitasse "perturbar" o Município a médio e longo prazo. Referiu que era uma postura técnica e de princípio que se adotava em todos os Orçamentos e que era inversa à posição dos eleitos e sobretudo dos serviços, pois, estabeleciam a regra de elaborar um projeto justo face às necessidades. ----------

Essas necessidades levavam a um volume possível de despesa que era, em regra, insustentável- disse. ----------

Disse que a sua preocupação quando olhava para um Orçamento era "centrar a visão na perspetiva da receita", para saber qual era a receita expectável e como é que ela iria evoluir, no sentido de se saber qual seria a restrição orçamental e depois colocar lá as prioridades de cada executivo. ----------

Prosseguindo, disse que o Orçamento do Município de Viana do Alentejo, assim como outros pequenos Municípios é sustentado pela componente das transferências, sejam elas da participação dos impostos do Estado por via da Lei 73, sejam provenientes da Lei de Descentralização de Competências e ainda através da participação de fundos comunitários. Os Municípios de pequena dimensão têm ainda a receita dos impostos diretos (IMI, IRC, IUC), nos impostos indiretos, havia o IMT que "dava por vezes um prémio na lotaria, mas que seria preciso ter reservas com ele". Para além disto," havia uma área do lado da receita que era a mais difícil e não era só na Câmara de Viana, era "na sua experiência em Câmaras Municipais, de forma transversal a todas as forças políticas". Tratava-se de assumir do lado da receita, "até que medida é que se ia ao bolso dos munícipes". ----------

O Dr. Jorge Pinto disse as taxas dos Municípios como Viana não tinham grande relevância e havia uma complexidade crescente com aquilo que ele considerava o período e a atividade mais difícil nos próximos anos. A questão da transferência de competências trouxe encargos para os Municípios, sustentados ou não nas transferências do Orçamento e na dificuldade do seu reporte, mas era a área das atividades reguladas com a ERSAR que trazia várias complicações. Neste âmbito referiu, resumidamente, a sua opinião sobre aquela matéria e disse que o Município de Viana do Alentejo, dentro das suas projeções tarifárias que seriam submetidas a uma próxima

reunião do executivo e, caso fossem aprovadas, iriam gerar um défice na ordem dos 350 mil euros, quantia que se gastava numa feira –disse. ----------

De acordo com as normas da Entidade Reguladora, o limiar de acessibilidade que se devia ter em cada um destes setores seria de cerca de 1%. ----------

O Dr. Jorge Pinto disse que a ERSAR partia do pressuposto que a "moda de consumo no país era de 10 metros cúbicos por habitante". Em Viana do Alentejo, 4,2% dos consumidores tinham um consumo de 10 metros, 28% dos consumidores têm um consumo 0 e 6,5% têm 1metro cúbico. ---

Para além disto, havia outra questão estratégica, relativamente ao quadro comunitário 2023 que o Município iria enfrentar e salientou que "depois de muito esforço, tinha-se conseguido que nas candidaturas do próximo quadro comunitário de apoio fossem, não só a intervenção em infraestruturas, nomeadamente, da água assim como os instrumentos de medição". Esta "anormalidade" de consumo zero tem a ver com o perfil da população de envelhecimento, de casas fechadas, mas também estava relacionado com a ineficiência dos sistemas de contagem dos contadores muito antigos –explicou. ----------

Prosseguindo, disse que tinha demonstrado na proposta tarifária que um investimento substancial de substituição de 50% dos contadores, nos próximos cinco anos, trariam, no mínimo, um retorno de aumento de faturação no valor de 350 mil euros. O défice de um ano seria coberto em cinco anos com este investimento, portanto, não seria só aumentar a tarifa, mas as verbas disponíveis para estas áreas eram importantes, mas insuficientes para o investimento. Caberia, depois, ao executivo saber em que rua e freguesia o iriam investir, sendo as necessidades de investimento da água superiores à capacidade de financiamento de 85%. ----------

Por outro lado, noutros investimentos, como era o caso do empréstimo para as obras da Escola, o Dr., Jorge Pinto disse que "se tinha ido depressa demais", tendo em conta que este era o investimento mais significativo do atual ciclo de investimentos do Município, o qual tinha transitado do anterior quadro comunitário para o atual, com financiamento de 85%. Referiu que a "boa notícia tinha chegado agora", pois os 85% eram sobre o valor padrão de construção da escola, contudo, o mercado imobiliário estava complicado, os preços "disparavam" e a parte substancial dos custos da escola que não vão ser financiados pelos fundos comunitários, era significativamente superior ao valor do empréstimo. ----------

Continuando os seus esclarecimentos, o Dr. Jorge Pinto realçou a importância das verbas que estavam no próximo quadro comunitário de apoio, cujas prioridades caberiam ao executivo decidir e referiu que havia um conjunto de áreas de investimento que já tinham sido prioritárias em quadros comunitários anteriores, tais como a recuperação de estradas, ou alguma Requalificação Urbana, mas que, neste momento, não eram elegíveis. ----------

A concluir esta parte da sua intervenção, disse que "a questão chave do Plano Plurianual que o Município de Viana tinha perante si, era saber como fazer a gestão sustentada das necessidades. - Salientou que o Município de Viana tinha uma capacidade de endividamento de 10 milhões de euros, contrariamente a muitas opiniões "que se iria penhorar o futuro". As receitas não efetivas são um elemento que pode ser utilizado, com objetividade, nessa matéria – afirmou. ----------

A atual Lei das Finanças Locais define um plafond que dá ao Município de Viana uma margem de endividamento de 10 milhões de euros e define, na sua origem, que só podia ser utilizado 1/5 em cada ano. Passou depois para 2/5, ou seja 40% utilizado em cada ano, o que daria, ao Município de Viana, nas atuais circunstâncias a possibilidade de se endividar em 4 milhões de euros, o que era excessivo-afirmou. No entanto, "ficar de forma conservadora na Lei e dizer que dos 10 milhões de euros, num ano, se utilizam 2 milhões e que em três anos se utilizavam 5 milhões, era um elemento estratégico dentro das prioridades apresentadas". ----------

O Dr. Jorge Pinto disse que havia investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que deixando de ser financiados por via do quadro comunitário de apoio, só eram exequíveis se tivessem uma perspetiva de serem financiados por receita não efetiva, ou seja, por empréstimos. Se não for por este meio, o Município de Viana não tem dimensão financeira capaz de suportar investimentos que estavam propostos. ----------

Em sua opinião, o mais importante era saber se "aquilo que estava no Orçamento correspondia a prioridades efetivas, porque de nada valia acrescentar coisas ao Orçamento porque se tornaria insustentável do ponto de vista da sanidade financeira do Município". ----------

O maior desafio para os Municípios era o problema dos resíduos – disse. Se se fizesse a leitura de atenta do PAPERSU (Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos), as projeções feitas pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e as intervenções dos especialistas nestas matérias, o investimento brutal que era necessário fazer cumprir as metas da reciclagem obrigam que até 2030, o Município retire de aterro 55% dos resíduos que, atualmente, aí entram. Isto era uma coisa brutal que implicava investimentos e um novo paradigma de sistema de recolha que era duro. Os dados de Viana, nesta parte, estavam "encostados à AMCAL (Associação de Municípios do Alentejo Central)" e ainda não estavam suficientemente maduros para a sua garantia". Os Municípios dos Distrito de Évora que não estavam na AMCAL, mas estavam na Gesamb, o investimento da responsabilidade dos Municípios, para cumprirem o PAPERSU era de 20 milhões de euros, e o dinheiro que estava no ITI (Investimentos Territoriais integrados) para apoiar era de 900 mil euros, portanto, "faltavam 19 milhões de euros para ir buscar a algum lado" - afirmou. --- Prosseguindo, referiu que a pressão que havia era o facto de as tarifas estarem abaixo do limiar,

o que iria sobrecarregar as tarifas e que a partir de 2026, a pressão da ERSAR sobre a Associação Nacional de Municípios, com vista a equiparar as tarifas no país. ----------
Eram estes os desafios que se apresentavam- disse. ----------
Usou da palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva que disse que a presentação efetuada pelo Dr. Jorge Pinto era realista e que não havia equívocos à volta daquilo que eram os condicionalismos para execução dos projetos nos próximos anos. ----------
Referindo-se às questões técnicas, disse que não havia nada a acrescentar e que as posições políticas nada tinham a ver com a qualidade técnica ou a capacidade projetada pelos documentos que eram apresentados naquele dia. ----------
O Senhor Vereador agradeceu ao Dr. Jorge Pinto a amabilidade e a clareza com que facultou a informação, a qual tinha sido bastante útil e que "lhe deu um retrato muito objetivo, muito pragmático, da situação do Concelho de Viana do Alentejo. ----------
A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia expressou, também, os seus agradecimentos ao Dr. Jorge Pinto, pelas explicações dadas, e que em relação à parte técnica, não tinha quaisquer questões. ----------
O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que aquelas explicações técnicas tinham sido bastante úteis para se perceber o contexto dos documentos analisados e mencionou que havia algo que gostaria de dizer. ----------
"*Caminhando nós como estamos a fazê-lo na altura da discussão do Orçamento de 2025, Orçamento muito importante para o Concelho de Viana do Alentejo, venho desta forma relembrar que levámos em linha de conta as vossas propostas. Viram, certamente, os documentos que nós lhe mandámos e que algumas rúbricas têm um valor residual, não era o que era necessário, mas vamos ter a inclusão do saldo e todos esses acertos, portanto, reforçaremos essas rúbricas também.* ----------
Estou convicto que tanto o Partido Socialista como o VIVA, tal como o atual executivo, querem o melhor para o desenvolvimento do nosso Concelho e, aqui, apelo que reflitam, de facto, sobre a aprovação destes importantes documentos, onde estão contempladas importantes obras para o Concelho de Viana do Alentejo, tal como os Fundos Comunitários que existem e que devem ser aproveitados. Todos sabemos que, neste momento, ainda estão a sair alguns avisos, já saíram bastantes, mas há coisas que têm de ser aproveitadas porque se não forem agora, poderá nunca mais haver essas oportunidades. ----------
Como todos sabemos, o Programa 2030 que era para ter iniciado em 2021, só se iniciou em 2024 e foi agora que começaram a sair os avisos, logo, na nossa maneira de ver e penso que tenho comprovado, pois com a saída dos avisos, era impossível termos feitos projetos anteriormente. ----

O Senhor Vereador defendia isso e com o tempo tenho reparado que nos trazia algum transtorno desnecessário, se tivéssemos avançado com alguns projetos porque os avisos, agora, não os contemplavam. Teria de haver alterações e adaptações, que é o que está a acontecer com os projetos que estamos a aproveitar do anterior executivo, contudo, não podem ser aproveitados sem ser adaptados e estamos a gastar algum dinheiro com essa adaptação, pelo que continuo a achar que era prematuro ter feito esses projetos, antes de saírem os avisos, muito menos poderíamos ter começado obras. Todos temos a consciência que o nosso Município não tendo dificuldades financeiras, também não tem capacidade de fazer investimentos, tal como não teve em mandatos anteriores. Todos Sabemos que o Paço dos Henriques e os arranjos das zonas históricas foram grandes obras financiadas, mas o Município teve de recorrer a créditos, que ao longo dos anos se vão diluindo. Por exemplo, o Paço dos Henriques já está completamente liquidado há dois ou três meses. Isto é o normal no funcionamento destas casas que têm pouco dinheiro, temos sempre de dar um aconchego com financiamentos. Existe nesta questão dos financiamentos, e não tenho qualquer problema em dizer e transmitir, algumas chamadas de atenção da parte de quem sabe e de quem está a trabalhar em projetos todos os dias, que é preferível em vez de esgotarmos a verba toda numa obra, gastar alguma coisa noutra obra e financiarmos a obra com um empréstimo bancário. ----------

Se gastarmos tudo numa obra, mais tarde fica fechada e, se houver no final do programa verbas para dividir, já não recebíamos nada. Caso as obras continuem abertas, poderão ser pagas até 100% ou à percentagem do dinheiro que vier a sobrar. ----------

Todos sabemos que o nosso Município tem uma boa capacidade de endividamento que não vem nem de hoje nem de ontem. Tem havido uma boa gestão financeira do anteriores executivos, tanto da CDU como do PS e que o atual executivo mantém. Temos seguido a mesma linha e temos estado sintonizados com esta boa gestão financeira que nos dá abertura a termos crédito, caso contrário, as entidades bancárias fecham-nos as portas. ----------

Aproveitando esta boa situação financeira, aproveitando os fundos europeus e dado os financiamentos anteriores estarem a ser pagos, iremos, para bem do Concelho que sejam feitos alguns pedidos de financiamento para algumas obras específicas e muito importantes para o futuro do nosso Concelho. ----------

Certamente que nenhum dos Partidos que está nesta reunião da Câmara Municipal quer que o Concelho de Viana fique na cauda dos Concelhos da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, pois uma essa situação não seria boa para a CDU, obviamente, porque é o atual executivo, mas muito menos seria boa e prejudicaria muito os munícipes do nosso Concelho.

Temos, inclusivamente, a oportunidade única de iniciar ou mesmo realizar obras, que possivelmente, jamais haverá essas oportunidades. ----------

Com a aprovação deste Orçamento e levando em consideração as vossas propostas, o nosso Concelho beneficiará, nos próximos anos, de investimentos previstos, caso contrário, quem for o vencedor das próximas eleições, não terá capacidade de desenvolver o Concelho porque estes financiamentos ou se aproveitam agora ou já não poderão ser aproveitados e ficaremos mesmo na cauda dos Municípios do Alentejo Central. Acredito que não seja esse o desejo de qualquer força política que está aqui presente e relembro que as vossas propostas estão incluídas de uma forma séria". ----------

O Senhor Presidente, depois desta intervenção que dirigiu às forças políticas PS e VIVA, representadas, respetivamente, pelas Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, informou que ia "fazer um apanhado" das várias propostas recebidas. ----------

Como já tinha referido, noutras situações também tinham programas eleitorais idênticos a qualquer força política ali presente, o que poderia haver era "desencontros na forma de fazer ou nas prioridades" –disse. Assim, começou por referir a Requalificação das Zonas Industriais, que estava incluída no PPI – Plano Plurianual de Investimentos. Disse que já havia uma proposta para discussão em relação à a Zona Industrial de Aguiar, a qual tinha chegado recentemente. Agora, seria preciso analisar para se perceber se ia de encontro àquilo que eram as necessidades daquela freguesia. A Zona Industrial de Alcáçovas estava totalmente legalizada e pronta para se lançar o concurso, de forma a poder-se disponibilizar os lotes. Quanto à Zona Industrial de Viana, tinha sido aprovado, na reunião anterior, o último Lote daquela Zona. ----------

Para a criação do Conselho Municipal do Desporto e de Segurança, como tinha sido proposto, estavam a ser dados os últimos passos, de modo a ser criado no início de 2025, havendo "coisas que já estavam em andamento". ----------

Outra proposta que já tinha sido apresentada pela força política VIVA era o Projeto Eco Água (Aproveitamento da água da chuva). Havia pouco tempo que tinha sido aberta uma candidatura do Círculo Urbano da Água, a qual estava relacionada com este assunto. O outro aviso que tinha surgido anteriormente não abrangia "estes aproveitamentos", incluía a reparação de condutas, instalação dos contadores, entre outros. ----------

Continuando, disse que para este aviso que tinha saído estavam preparados e a única dificuldade era arranjar uma empresa que fizesse o projeto. Neste âmbito, o Senhor Presidente apelou à ajuda do Senhor Vereador António Costa da Silva, no sentido de lhe indicar uma empresa para trabalhar naquela área. Referiu que já tinham feito alguns contactos com algumas empresas, mas

os gabinetes projetistas estavam sobrecarregados de trabalho, neste momento. ----------
O Senhor Presidente acrescentou que tinham definido o que "queriam fazer" e onde aproveitar o dinheiro, que não era muito. ----------
No que diz respeito ao gabinete do Associativismo, já tinha sido anunciado, na última reunião com as Associações, a criação deste gabinete, para o qual estavam destinados três trabalhadores(as), uma trabalhadora responsável pelas Associações de Viana e Aguiar e outra pelas Associações de Alcáçovas e um trabalhador (Técnico de Desporto) indicado também para esta área. Neste momento, ainda não havia instalações próprias, este serviço continuava a funcionar na Divisão de Cultura e Desporto. ----------
O Senhor Presidente disse que iria haver algumas alterações no espaço em frente à Câmara e que aí seria reservada uma sala para o apoio às Associações. ----------
Prosseguindo, referiu que o Partido Socialista tinha apresentado propostas na área da educação, uma das quais já tinha sido feita ao Centro Imaculado Coração de Maria, contudo, não foi aprovada, tendo e em conta a sala escolhida pelos responsáveis. ----------
Neste momento, estavam comprometidos com a Santa Casa da Misericórdia de Viana para se financiar a parte do berçário e da creche em Aguiar. Acrescentou que era um processo que estava bastante avançado e que "tinham trazido uma Associação que estava interessada em investir no nosso Concelho, nesta área". Este investimento era feito em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Viana e aproveitando aquelas instalações, fechadas há muitos anos, e que estavam em ótimo estado-afirmou. ----------
Salvaguardar o Concelho em sede Alteração do PDM –Plano Diretor Municipal, era uma situação que só poderia ser feita depois da alteração do PDM, processo que se previa iniciar no primeiro semestre de 2025, visando ter um Concelho" mais dinâmico e mais proactivo". Aqui, seriam incluídas as faixas de proteção. ----------
Quanto à Implementação da Estratégia Local de Habitação, disse que a mesma estava em execução e já tinham os processos finais, estando previsto trazer a reunião de Câmara a avaliação para aprovação, com vista ao lançamento dos concursos inscritos em PPI –Plano Plurianual de Investimentos. ----------
O projeto da segunda fase da Ciclovia não estava previsto, contudo, "mostrando boa vontade e querendo colaborar com as outras forças políticas, o referido projeto foi incluído em PPI de 2025. O Senhor Presidente disse que se comprometia em elaborar o projeto, já que executar durante o ano de 2025 não seria possível. ----------
Para o Centro Tecnológico de Produção e Preservação da Arte Oleira, proposta da força política VIVA, referiu que estava uma candidatura aberta, na área da cultura, como era do conhecimento

de muita gente, e que se estava a canalizar para se fazer o Centro de Estudo de Olaria e Cerâmica (Ainda sem se saber qual é o nome), na freguesia de Viana do Alentejo. Como havia algum dinheiro," este projeto podia ir facilmente para a frente." Disse que o executivo pretendia que, já em janeiro, fazer o levantamento e o projeto, seguindo-se a candidatura, cujo prazo (sem certeza), era 30 de março. ----------

Referindo-se à elaboração dos projetos de requalificação dos Jardins de Viana, Alcáçovas e Aguiar, disse que o projeto anterior consistia em "rebaixar o jardim" do Rossio cerca de 1 metro, para o nivelar com a rua do Convento. Não iriam avançar com aquele projeto-disse. Contudo, ficaria o compromisso de elaborar aqueles três projetos de Requalificação dos Jardins. ----------

Ainda na sua intervenção, o Senhor Presidente disse que apesar de se realizarem estas três obras, não invalidava que se recuperasse o coreto de Alcáçovas. Em relação a esta obra, referiu que seria necessário pedir orçamentos e pesquisar empresas que sejam específicas e profissionais naquele domínio. ----------

A criação de um Plano de Comunicação para a promoção do Concelho, tinha ficado incluída no Plano de Atividades Municipais de 2025 e pretendiam elaborar um documento que viesse definir a comunicação para a promoção do Concelho, tal como a criação de uma estratégia integrada para o turismo, no Concelho de Viana do Alentejo. ----------

O alargamento da área de cobertura WIFI não era uma medida que dependesse diretamente da Câmara, mas "ficava o seu compromisso de insistir, pressionando as instituições responsáveis. ----

A criação de um novo programa municipal para a atribuição de medicamentos, disse que se comprometia com a execução do mesmo no primeiro trimestre de 2025, de forma a poder ser utilizado. ----------

Prosseguindo, aludiu ao aumento de verbas disponíveis para o programa "Oficina Domiciliária", situação que já estava prevista há algum tempo e acrescentou que "não era só aumentar a verba, mas também as intervenções que tinham de ser feitas. ----------

O Senhor Presidente transmitiu que, em conversa com algumas pessoas, tinha percebido que havia serviços que não estavam incluídos no Regulamento e exemplificou com "o arranjo de um telhado, o arranjo de umas goteiras ou o isolamento de uma varanda". Neste âmbito explicou que, por vezes eram realizados trabalhos no interior das casas dos munícipes, porém, não podiam "arranjar a varanda" porque este serviço não estava contemplado no Regulamento e aquilo que consertavam num ano, no outro já estava danificado. "Isto era perda de dinheiro" –afirmou -------

Outra medida apresentada pelo Partido Socialista referia-se à Regeneração Urbana em Alcáçovas (fase2). Apesar de não haver financiamento para esta medida, estava previsto no Plano Plurianual de Investimentos, caso o houvesse seria executado, sem qualquer dúvida. ----------

A Requalificação do Jardim do Rossio já tinha sido discutida no ponto 7 da Ordem de Trabalhos e o Centro de Acolhimento Turístico tem sido alvo de um estudo porque se enquadrava na Escola Primária de Alcáçovas. Teria de haver uma intervenção, pois havia condições físicas para aproveitar aquele espaço, contudo, iriam manter a sala maior para outro tipo de iniciativas, nomeadamente, Noites de Fados, eleições, entre outros. O Senhor Presidente referiu que o executivo tem estado a amadurecer esta ideia, com o objetivo de ir ao encontro das propostas apresentadas e também deste projeto necessário para Alcáçovas. ----------

Relativamente ao espaço da Incubadora Empresarial, proposta da força política VIVA, disse "que a tinham tornado mais ampla". Tendo em conta que tinham financiamento para uma parte daquela obra, pretendia-se que fosse mais abrangente, não se limitando à arte chocalheira. Para este fim, estava em curso o projeto de Requalificação do Mercado de Alcáçovas-disse. ----------

O Senhor Presidente afirmou que estavam reunidas as condições para que se avançasse com aquela obra, caso os Senhores Vereadores assim o entendessem. ----------

Relativamente à Requalificação da Zona Central de Aguiar (1ª fase), referiu que estava em revisão o projeto deixado pelo anterior executivo. O Arquiteto responsável pelo projeto estava a trabalhar numa adaptação e atualização do mesmo, já que, tal como já tinha sido mencionado em anteriores reuniões, não havia financiamento para a Requalificação Urbana. No entanto, através do "Ciclo Urbano da Água", poder-se-ia, com algum ajuste, resolver uma parte deste problema- acrescentou. ----------

Prosseguindo, disse que se poderia dividir aquele financiamento com o Bairro Fragoso, ficando, assim, duas obras concluídas, no final do programa 2030. ----------

O Senhor Presidente referiu ainda a Requalificação do Poço Novo, que só se conseguirá realizar se houver algum financiamento e a Requalificação do Centro Histórico de Viana (fase 4), para a qual também se aguardava algum financiamento. ----------

Em relação à estrada de Viana/Outeiro, proposta das Senhoras Vereadoras do PS, o Senhor Presidente disse que o "plano estava em curso e que tinha conseguido que houvesse um acordo entre as Câmaras de Viana, Portel e Évora. Nesta pareceria, a Câmara Municipal de Évora "dava as massas", a Câmara de Portel dava a maquinaria e mão-de-obra e, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, com a sua máquina, resolveria uma parte "do problema grave" da referida estrada. O Senhor Presidente acrescentou que "estava aberta desde 2022, no Plano Plurianual de Investimentos, esta rubrica, que tinha sido agora reforçada. ----------

Referindo-se à Área de Serviço de Autocaravanas, referiu que estavam em fase final e que, em breve, estaria concluída. ----------

A obra da EBSIS "estava a andar muito bem nesta fase final"- afirmou. ----------

Quanto ao Quartel da GNR, o Senhor Presidente explicou que o "concurso tinha sido lançado" e o protocolo celebrado tinha sido aproveitado, contudo, sempre tiveram a consciência que "o dinheiro era pouco". A única empresa que tinha concorrido tinha sido "por 2 milhões de euros", montante que não era possível pagar, pois o protocolo estabelecia o montante de, aproximadamente, 1 milhão e 240 ou 270 mil euros. Aguardava-se a todo o momento uma adenda do MAI – Ministério da Administração Interna-disse. Já tinham solicitado uma reunião, mas ainda não tinha sido possível por indisponibilidade do MAI.----------

O Senhor Presidente salientou que o executivo "tem feito um esforço grande para conseguir gerir os fundos europeus a que se pode candidatar" Referiu que, apesar dos fracos recursos, o executivo tem-se empenhado nesta matéria. ----------

Referiu que também o anterior executivo tinha recorrido a financiamentos para fazer obras e que as realizou, assim que os obteve. A prova estava no Plano Plurianual de Investimentos que tinha várias obras previstas em 2010, 2014, 2017, 2020 e isto "vinha no seguimento da política que o atual executivo estava a seguir, ou seja, as coisas estavam preparadas no Plano Plurianual de Investimentos e se houvesse dinheiro, seria realizadas" –disse. Caso hão haja candidaturas, seria impossível o Município de Viana levar a cabo essas obras, por não ter capacidade financeira para tal. ----------

O Senhor Presidente acrescentou que era do conhecimento de todos que uma grande parte dos Concelhos do Alentejo Central, sobretudo o Concelho de Viana que pelas suas dimensões, só consegue realizar obras, se tiver financiamento. ----------

A terminar, disse que era a sua "descrição sobre aquele Orçamento e o próximo ano" e apelou ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras que "amadurecessem a sua opinião sobre aquele Orçamento". Apesar das diferentes opiniões, todos queriam o bem e o melhor para o nossos Concelho-disse. ----------

O Senhor Presidente frisou que "reprovar-lhe o Orçamento é um castigo que lhe estão a dar" e, em sua opinião "um Orçamento era uma possibilidade de provar que são capazes de fazer no próximo ano. ----------

Reprovar um Orçamento era privar o executivo de realizar certos projetos e financiamentos que poderiam ser aproveitados-afirmou. ----------

Reconheceu, porém, que quando havia necessidade de alterações orçamentais e de adaptações a uma grande parte de projetos, estas tinham sido viabilizadas pelo Senhor Vereador e pelas Senhoras Vereadoras. ----------

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva que agradeceu ao Senhor Presidente a forma como apresentou as intenções de investimento do Município para os

próximos tempos e a própria execução orçamental que lhe está associada. ----------
O Senhor Vereador disse que ia votar contra o Orçamento e Documentos Previsionais apresentou as razões deste voto, demonstrando que as mesmas seguiam uma ordem cronológica. ----------
Referiu que, na sua perspetiva, deveria haver um entendimento com o parceiro preferencial, ou seja, com o Partido Socialista, facto que se verificou no início do atual mandato, na composição dos diferentes órgãos autárquicos. Sendo parceiros muito próximos, "faria mais sentido que a CDU e o PS se entendessem na viabilização destes quatro anos de Documentos Previsionais, pois a sua força política tinha sido afastada". Neste contexto, afirmou que "não teria qualquer obrigação em negociar". ----------
Continuando a sua intervenção, disse que, a força política VIVA tinha viabilizado o primeiro Orçamento e com a intenção de viabilizar os seguintes, sempre numa perspetiva de cumprimento de propostas que fossem apresentadas. Referiu que o VIVA não tinha qualquer ambição de que o seu programa fosse cumprido, isso seria incorreto, pois quem venceu foi a CDU. De qualquer forma, faria sentido que algumas propostas que forma negociadas no primeiro Orçamento viessem a ser realizadas, o que não aconteceu. Das dez propostas apresentadas, nenhuma delas foi concretizada-disse. ----------
O Senhor Vereador disse que as propostas que apresentaram tinham ações imateriais, uma delas tinha sido a redução do imposto do IRS de 5% para 0% e que depois de negociada tinha sido fixada em 2,5%. Neste sentido, consideraram que a medida foi cumprida porque foi negociada, com o intuito de que fosse alargada, beneficiando os munícipes do Concelho de Viana que iriam usufruir de uma vantagem que muitos não tinham. ----------
Continuando a sua intervenção, disse que as outras nove medidas eram projetos técnicos para áreas que tinham sido acabadas de referir pelo Senhor Presidente. Relembrou que há três anos tinha alertado para a necessidade de contratar serviços externos de projetos técnicos concretos, de forma a poder apresentar candidaturas e recorrer a financiamentos. Nenhuma dela foi cumprida – afirmou. ----------
Outro aspeto que evidenciou foi "aquilo que era a estratégia ou ideia do executivo para o Concelho de Viana do Alentejo" e que a opinião do VIVA era muito diferente, nomeadamente. naquilo que eram as prioridades de investimento para o Concelho. Como exemplo, referiu o "abandono de execução de projetos na área da Regeneração Urbana, onde já havia projetos técnicos, para as três freguesias do Concelho, que até poderiam ser atualizados, mas não havia necessidade de contratar empresas. ----------

Neste contexto, recordou que o Senhor Presidente tinha afirmado que não seria possível intervenções na área da Regeneração Urbana porque não havia financiamentos para esta matéria. ----------

Nas negociações, no âmbito da CIMAC, quando se estava a negociar o Pacto Territorial para o ITI Alentejo Central 2030, no seu entendimento, o Município de Viana do Alentejo não contemplou verbas para a Regeneração Urbana, "coisa que outros fizeram". Isto tinha sido uma péssima opção, uma falta de estratégia para o Concelho de Viana do Alentejo-disse. "Esta situação iria ter repercussões futuras, já que seria difícil voltar a negociar aquela medida". ----------

Outra questão fundamental tinha sido "a incapacidade do executivo em antecipar projetos de investimentos para o Concelho". Disse que o Senhor Presidente tinha já defendido as suas razões, justificando que não sabia como seriam os avisos. No entanto, havia outros Municípios que tinham optado por começar a executar antes, recorrendo a financiamentos bancários, dentro das regras desses financiamentos e da capacidade de endividamento municipal. ----------

O Senhor Vereador referiu que o Dr. Jorge Pinto tinha mencionado a "boa margem para endividamento municipal", permitindo antecipar projetos de investimento, para que nesta altura se pudesse beneficiar de fundos comunitários. "Perdemos tempo" – acrescentou! ----------

Referiu que esta" não tinha sido uma boa medida de gestão do executivo e hoje estava-se a pagar por ela porque as intervenções não foram efetuadas." ----------

O endividamento municipal efetuado antes dos fundos comunitários, dependeria da intervenção do Senhor Presidente no referido Pacto Territorial. Isto significava que, por uma questão técnica, o endividamento bancário não contaria para o endividamento municipal porque as dívidas contraídas, no âmbito de projetos financiados não contavam para o endividamento municipal. ----

Outra iniciativa nesta área dos investimentos foi a aquisição de um imóvel, conjunto de habitações à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo que, em sua opinião, foi uma boa decisão, contudo, ainda não se "vislumbravam quaisquer projetos nem investimentos para aquele espaço." ----------

Neste momento, havia a indicação do Senhor Presidente que havia intenções de projeto para 2025, para o referido edifício. ----------

Prosseguindo, disse que o VIVA, enquanto força política, não queriam estar associados a uma gestão "errática, incapaz no agendamento, programação e execução no Bairro Social de Aguiar". -

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que o Município de Viana do Alentejo, "por culpa própria" não ia beneficiar a 100% de fundos comunitários para o bairro em questão. Na lista dos Municípios financiados, Viana do Alentejo não constava. Poderia estar noutra em que os

financiamentos não eram nada parecidos. -Disse, ainda, que "não tinha sido por falta de alerta" porque desde 2021 que ele insistia neste assunto, em termos de prioridade. ----------

O Bairro Social de Aguiar era um dos projetos mais importantes para o Concelho e não foi concretizado, o que iria "penalizar" o Concelho, financeiramente porque era uma obra financiada a 100%. "Outros Concelhos tinham, Viana, não – disse". ----------

O Senhor Vereador disse que seria uma perda brutal para o Concelho de viana do Alentejo, caso executasse estre projeto com outra forma de financiamento. ----------

Outra questão a considerar era o sucessivo arrastamento de projetos, pois, passado quase um mandato e havia projetos simples que continuavam por resolver, designadamente o Centro Social de Aguiar, que era "um problema herdado", mas que já deveria estar solucionado. ----------

Este problema deveria ter sido resolvido aquando da execução do projeto. Faltou capacidade técnica para perceber as falhas do projeto e o executivo deveria ter sido alertado–afirmou. --------

Compreenda que o executivo não tivesse capacidade técnica para avaliar as falhas existentes, mas deveria ter tido uma informação, um aconselhamento acerca desta situação. ----------

Quanto à ASA (Área de Serviço de Autocaravanas), era um projeto que continuava por concluir. Tinha sido uma opção de gestão do executivo, a qual não contrariava, mas reconheceu que se se mantivesse no sítio inicial, já poderia estar finalizado –disse. ----------

Disse o Senhor Vereador que outro ponto a referir era a limitação das ARU –Áreas de Reabilitação Urbana. Os residentes do Concelho de Viana do Alentejo e investidores estavam inibidos de beneficiar de uma redução de 23% para 6% de IVA, nas intervenções de Reabilitação Urbana, nos Centros Históricos e não só, era muito mais abrangente-disse. ----------

O Senhor Vereador, ainda no uso da palavra, disse que o Senhor Presidente tinha tido a coragem de enviar uma carta aos proprietários de casas degradadas, todavia, as pessoas deveriam ter conhecimento que tinham direito a esse benefício, o que não acontecia porque a Câmara não lhes facultava essa informação. ----------

A Câmara Municipal de Viana do Alentejo não estava a cumprir a sua obrigação-afirmou. Por último, referiu que a Câmara "tinha sofrido uma debandada de Técnicos qualificados", situação que agravou a qualidade técnica dos serviços, mas poderiam ter existido melhorias significativas com a entrada de novos Técnicos, o que não se verificou, à exceção da área do urbanismo. ---------

O Senhor Vereador António Costa da Silva deixou, ainda três observações. A primeira, e que já tinha sido referida pelo Senhor Presidente, era a viabilização das alterações propostas em todas os documentos orçamentais e financeiros do Município de Viana do Alentejo porque entenderam que aquilo que são projetos técnicos em áreas decisivas para o bom funcionamento da Câmara, não se oporiam e que se mantinha essa postura em 2025. ----------

Os projetos que o Senhor Presidente anunciou também não ficariam inviabilizados, caso o Orçamento fosse reprovado – disse. ----------

O Senhor Vereador, na sua última observação, disse que reconhecia ter havido" um esforço para acomodar "as propostas do VIVA, mas que "já era tarde". ----------

Interveio o Senhor Presidente que referiu que discordava, em alguns pontos, da opinião do Senhor Vereador António Costa da Silva. O aspeto em que partilhava da mesma opinião era em relação às ARU, "mas que exigia um esforço dos Técnicos da Câmara que não tinham". ----------

Em relação à opinião da força política VIVA, disse que "não esperava outra coisa" e que não podia concordar com a questão da CDU estabelecer um acordo ou união com o PS. "Estavam à mesa três forças políticas e cada uma tinha a sua opinião, embora pudessem estar de acordo em situações específicas. ----------

O Senhor Presidente acrescentou que "se deveria ir ao encontro de todas as forças políticas", sejam elas quais forem" e salientou que, no Concelho de Viana do Alentejo, sempre se tinha havido maior aproximação entre a CDU e o PSD, apenas neste mandato, houve alteração. ----------

Dando continuidade à sua intervenção, disse que o Senhor Vereador tinha d referido algo que era verdade, mas que limitava o executivo. De facto, quem venceu foi a CDU, mas com estas atitudes, parecia que tinha sido o Senhor Vereador o vencedor. ----------

Com estas limitações, disse o Senhor Presidente que as entendia como se fosse um castigo porque não tinha cumprido as propostas apresentada pela oposição. ----------

O Senhor Presidente disse, ainda, que em relação à área dos projetos, o Senhor Vereador "estava enganado" e que este sabia que havia Municípios que "estavam à espera de receber financiamentos de 85% e apenas receberam uma quantia reduzida". ----------

Referiu-se à Regeneração Urbana e afirmou que esta possibilidade era, apenas, para as cidades. "Nós não tínhamos direito, não nos podíamos candidatar" –reforçou. ----------

Quanto aos projetos técnicos mencionou que tinham a prova da Escola de Alcáçovas que se "estava a arrastar" devido a uma "falha grave do Governo PDS. Os projetos técnicos estavam todos feitos e o Município de Viana tinha sido o primeiro a submeter a candidatura, no dia 27 de abril, sendo o prazo no dia 28. Os prazos foram, depois, prorrogados para agosto e, nessa altura, eram o único Município do Alentejo Central a concorrer, com dois milhões e meio para a Requalificação da Escola. Em seguida, o prazo tinha sido prorrogado para novembro. Estava-se no Programa 2020, que terminou, e passando para o 2030, pediram outros projetos, logo, os que foram feitos anteriormente aos avisos corriam o risco de "cair". ----------

Tal como já tinha abordado, o Senhor Presidente disse que estavam a aproveitar dois projetos doa anterior executivo, sendo eles, a Requalificação do Centro Histórico de Alcáçovas e o Bairro Fragoso. ----------

Estes projetos estavam a sofrer grandes alterações para se adaptarem ao novo programa. ----------

Relativamente ao IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, disse que tinha um mapa, assim como o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras, o qual tinha sido assinado pelo executivo anterior. Assim, disse que "tinham cumprido tudo". ----------

O que se tinha passado relativamente a isto era que o Governo PSD tinha mudado as regras" e como tal, e estava a avaliar estas candidaturas por ordem de chegada. Disse que uma minoria "tinha conseguido desenrascar-se muito bem com a questão das prioridades". ----------

Esta situação não era um erro do executivo da Câmara de Viana do Alentejo por não ter tido capacidade, era um erro da forma como foi avaliaram as candidaturas porque nada garantia que uma candidatura que entrou em primeiro lugar fosse melhor que outra que entrou depois- disse.

Em relação às prioridades, disse que tiveram de ser feitas certas alterações ao programa eleitoral e que "estavam no caminho certo das prioridades para o Concelho de Viana do Alentejo. Mesmo que houvesse dinheiro para a Regeneração Urbana, disse que preferia gastar dinheiro com a educação, com a saúde e com a segurança. O Centro de Saúde de Viana iria ficar concluído e ampliado e ficariam com duas Unidades de Saúde novas e modernas. ----------

"Por isso, melhor do que isto não podia ser" – afirmou. ----------

O Senhor Presidente, referiu, ainda que estavam com o problema da Escola de Alcáçovas, pois era um problema semelhante ao da Estratégia Local de Habitação. ----------

Em relação à Segurança, disse que fizeram todo o trabalho e "se não tivesse havido o desencontro da parte financeira, o Posto da GNR estava a ser construído. Este era um projeto antigo que precisou de ser revisto e estavam há meses a aguardar a revisão do Ministério da Administração Interna, para posterior assinatura de uma adenda. ----------

Relativamente à EBSIS, mostrou-se orgulhoso com o desenvolvimento dos trabalhos, e referiu que, apesar de "ter dado muitas dores de cabeça", ficaria um ali um excelente espaço com ótimas condições. "Esta era uma das usas prioridades, bem como a Saúde e a Segurança" –disse.

No que concerne à aquisição do edifício à Santa Casa da Misericórdia, considera que foi um excelente investimento, pois, para ajudar aquela Instituição e ficar "sem nada", optou por comprar aquele imóvel. ----------

Como se recebeu um bom financiamento direcionado para a área da cultura, agora conseguiam estruturar um projeto que se adaptasse àquele lugar-disse. ----------

O Senhor Presidente reforçou que "tinham concorrido a tudo, dentro dos prazos, com mais ou menos esforço". ----------

Prosseguindo, disse que "as pessoas precisavam das coisas", por isso, não se inibia de recorrer aos créditos para concretizar os projetos, já que, a Câmara tinha uma boa situação financeira. ----

Quanto à Estratégia Local de Habitação, salientou que não tinha sido assinado por si. As datas tinham sido todas cumpridas e que tinha sido agora reforçado e assinado o protocolo. ----------

O Centro Social de Aguiar "era um problema grande", mas não se podia ter feito mais cedo e não tinha tido informação por parte da empresa que estava a fazer a fiscalização e disse que acreditava que algumas informações também não tivessem chegado ao anterior executivo. Disse que já tinham feito contactos com a Proteção Civil, no sentido de se avaliarem as irregularidades e algumas bastante graves. ----------

Em relação à Área de Serviço de Autocaravanas, o Senhor Presidente disse que não sabia como tinham coragem de "acusar este executivo" pelo facto de a obra não estar pronta. Disse que as "empresas atrasavam as obras e que muito bem estava a correr". Apesar de tudo, disse que preferia que a obra se atrasasse um bocadinho, mas que ficasse terminada. "Não havia falta de pagamento porque os Autos eram aprovados e a seguir eram pagos. Não havia falta de organização nem de fiscalização da parte da Câmara. ----------

Relativamente à saída dos Técnicos, referiu que "era a opinião do Senhor Vereador" e que a seu ver, a Câmara estava com uma equipa técnica muito boa, defendendo que era preciso "dar tempo às pessoas para aprenderem". ----------

A terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade do Senhor Vereador António Costa da Silva, para viabilizar algumas coisas, caso o Orçamento não fosse aprovado, porque havia oportunidades únicas no próximo ano que podiam ser aproveitadas. ------

Disse, ainda, o Senhor Presidente, que caso o Orçamento não fosse aprovado, havia determinadas situações que não poderia continuar a apoiar, porque continuar a fazer em 2025 as mesmas coisas com um Orçamento de 2023, não seria possível. ----------

O Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a intervir para clarificar a sua opinião. ----------

Em relação ao possível entendimento entre a CDU e o Partido Socialista, no início do mandato, para os diversos órgãos autárquicos, disse que era legítimo. ----------

O Senhor Presidente respondeu que também tinha sido feita a proposta ao VIVA, mas que o Senhor Vereador não concordou. Relativamente às propostas para o Orçamento, afirmou que tinha havido um acordo, não uma imposição do programa da força política VIVA e que não havia nenhum castigo à Câmara". O Senhor Presidente é que não tinha cumprido com o acordo porque das 10 medidas propostas, apenas uma foi negociada. ----------

No que respeita à Regeneração Urbana, o Senhor Vereador leu um aviso que estava aberto e que visava a possibilidade de Requalificação de espaços públicos. O Senhor Presidente disse que "Requalificação, não, era "Regeneração" e o Senhor Vereador respondeu que eram sinónimos. --
Referindo-se aos Municípios que antecipam projetos, recorrem a financiamentos bancários e aos capitais próprios. "Como têm dinheiro avançam e fazem mais do que os outros" –disse. ----------
O Senhor Vereador explicou que a capacidade de antecipar investimentos, permite ao Municípios beneficiarem, mais rapidamente, dos fundos comunitários. ----------
Quanto à Estratégia Local de Habitação, referiu que o executivo anterior não se tinha enganado na programação. Entretanto, com o aparecimento do COVID, houve um financiamento chamado PRR –Plano de Recuperação e Resiliência e em 2021 já havia candidaturas abertas. Sendo reduzido o espaço de tempo, já que termina em 2026, era fundamental acelerar o processo. Como isso não aconteceu, "caímos no grupo dos Municípios que não vão beneficiar do financiamento a 100% ". ----------
O Senhor Vereador disse que, antes, não abordou a questão do "arrastamento dos projetos técnicos, nomeadamente da Escola. Esta era uma obra que apresentou problemas técnicos graves, com muitas limitações que não faziam sentido. Apesar disso, aprovaram o financiamento bancário porque a obra tinha de ser realizada, mas não da forma que estava. ----------
A terminar a sua intervenção, disse que se o Orçamento não viesse a ser aprovado, teria de gerir da mesma forma que geriu este ano, o Orçamento de 2023 e que nunca tinha posto em causa dinheiro que se retirou de uma rubrica para outra. ----------
O Senhor Presidente deu a palavra às Senhoras Vereadoras do Partido Socialista que preferiram não intervir e passar à votação do ponto. ----------
Com dois votos favoráveis e três votos contra, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara reprovou os Documentos Previsionais (Grandes Opções do Plano 2025-2029, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2025-2029, incluindo o Mapa de Pessoal para 2025. ----------
Interveio a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia que apresentou a seguinte declaração de voto:

"Declaração de Voto nos Documentos Previsionais para o ano 2025

Tomando como linhas orientadoras, os documentos fornecidos (Orçamento da receita, orçamento da despesa; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos e Plano Atividade Municipal), relembramos que continuamos a manter a importância em ouvir os anseios das nossas populações, de as envolver e as levar a decidir sobre os investimentos que gostariam de ver comtemplados nas suas Freguesias.

Quando estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, permitindo ao povo, liberdade para exprimir os seus anseios, continuamos a dizer que falta:

1.Proposta de Orçamento Participativo;

2.Proposta de Orçamento Participativo Jovem;

3.Reuniões de auscultação à população nas três Freguesias, as quais se realizaram durante vários anos.

Desde o início do mandato 2021-2025, que o Partido Socialista tem vindo a contribuir para o Orçamento com as suas propostas, embora até agora das cerca de 10 apresentadas, apenas 2 foram concretizadas.

Mas isso não nos demoverá de continuar a tentar a concretização do que consideramos essencial para o desenvolvimento do nosso Concelho e consequentemente da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Não existe a fixação dos nossos jovens se não existir crescimento económico, desenvolvimento do tecido empresarial com criação de postos de trabalho.

Não se fixam se não tiverem o berçário e ATL nas Freguesias de Viana e Aguiar.

As propostas do Partido Socialista mantêm-se, dado a sua não execução, e em nosso entender, algumas são prioritárias e mesmos essenciais.

Continuamos a dizer que na apresentação dos Projetos ao Plano de Ação da CIMAC, não existiu uma auscultação do órgão executivo e o projeto colocado como primeira escolha - Centro Interpretativo da Olaria não era o prioritário.

Entendemos que são fundamentais as seguintes propostas e que as mesmas sejam consideradas prioritárias e desta forma concretizadas durante o ano 2025:

1. *Requalificação das zonas industriais através da modernização e qualificação das infraestruturas tecnológicas; alargamento da Zona Industrial de Alcáçovas e construção da Zona Industrial de Aguiar;*

2. *Requalificação de todos os Parques Infantis da responsabilidade do Município nas 3 Freguesias;*

3. *ELH - Celeridade na execução da mesma (processo iniciado pelo anterior executivo com a assinatura da ELH com o IRU em agosto 2021); com o início da construção das habitações do Bairro das casas Pré-Fabricadas de Aguiar e de algumas habitações em Viana do Alentejo, durante o ano 2025;*

4. *Apoiar as Entidades competentes na área da educação para a criação de berçários nas Freguesias de Viana e Aguiar;*

5. *Reativação segundo promessa eleitoral da CDU da Oficina da Criança para apoiar as famílias;*

6. *Criação de Plano de comunicação do Município para promoção do Concelho com criação de uma nova imagem gráfica; com valorização do Património Material e Imaterial;*

7. *Criação de Estratégia Integrada para o Turismo do Concelho de Viana do Alentejo, tendo por base os recursos turísticos das três Freguesias, — turismo religioso, turismo de natureza, turismo gastronómico e turismo cultura*l;

8. *Criação da Incubadora de Empresas no Mercado Municipal de Alcáçovas.*

Relembramos o Executivo em permanência que ficou com uma alargada carteira de projetos deixados pelo anterior Executivo, estruturantes para o Concelho para os quais basta a abertura de avisos, tais como:

- *Requalificação Urbana de Alcáçovas - fase 2;*
- *Requalificação Zona Central de Aguiar – fase 1;*
- *Requalificação do Centro Histórico de Viana – fase 4;*
- *Centro de Acolhimento Turístico da EN2;*
- *Requalificação do Jardim do Rossio – Viana do Alentejo;*
- *Requalificação do Bairro Fragoso – Alcáçovas;*
- *Requalificação do Largo do Poço Novo – Alcáçovas;*
- *Estrada de Viana - São Bartolomeu do Outeiro;*
- *Construção do Quartel da GNR.*

Não será possível continuar a escudar-se na Requalificação da EBSIS pois o Presidente foi o próprio que já afirmou que a mesma será financiada na totalidade pelos Quadros Comunitários 2020 e 2030.

A experiência dos anos anteriores, mostra-nos que apesar das nossas propostas serem incluídas no orçamento, depois não são executadas, exceto duas.

Assim, e do ponto de vista político e porque entendemos que o mesmo não cumpre com os requisitos que referimos anteriormente, o nosso voto nos Documentos Previsionais é contra.

As Vereadoras

Maria Gertrudes Garcia

Rita Figueira Rafael"

O Senhor Presidente, interveio e disse que algumas propostas não tinham sido cumpridas "porque não havendo dinheiro, não se podiam cumprir". ----------

Este ano, com o Orçamento de 2023, mais difícil seria cumprir algumas das propostas do VIVA e do PS, mas que "não deixaria de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance". ----------

O Senhor Presidente chamou, ainda a atenção para uma frase que tinha mencionado na apresentação do seu texto, relativa às obras que datavam de 2010, 2014 e 2020, previstas em PPI e que não foram realizadas. Neste sentido, disse que "o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras lhe estavam a exigir em 3 anos, o que o outro executivo não tinha feito nos seus mandatos. ----------

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva que perguntou se o Senhor Presidente estava a fazer uma declaração de voto. ----------

O Senhor Presidente respondeu afirmativamente e disse que "o assunto já não estava a discussão". ----------

Com mais uma reprovação de Orçamento, na sua opinião, os Partidos da Oposição estavam claramente a dificultar a gestão do executivo, o que significava que estavam a prejudicar os munícipes do Concelho. ----------

Referiu que queriam atingir o executivo CDU, mas eram os munícipes que estavam a ser atingidos e verdadeiramente prejudicados. O Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras não estavam a respeitar a vontade da população que votou naquele executivo e lhe deu poderes para gerir o Município durante estes quatro anos. ----------

O Senhor Presidente disse que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras tinham interesses políticos que colocavam à frente dos interesses municipais. ----------

Salientou que o executivo tem "gerido bem as contas da casa, tem-se desdobrado em aproveitar as candidaturas e tem dado provas de que é capaz de desenvolver o Concelho".

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às doze horas e quarenta minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. ----------

Eu, Assistente Técnica , a subscrevi.

O Presidente

Os Vereadores